

Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os Primeiros Passos da Experiência com a Educação Patrimonial no Curso de Pedagogia da URCAMP – Bagé

Regina Quintanilha Azevedo¹
Clarisse Ismério²

Resumo: O programa que aqui apresentaremos tem como objetivo geral priorizar a valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, começando pela cidade sede da URCAMP - Universidade da Região da Campanha, estendendo-se aos demais Câmpus (Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Sant'Ana do Livramento), promovendo um processo de preservação sustentável dos bens locais, como também a apropriação consciente de sua história, através da educação patrimonial. Na etapa inicial a preocupação maior está sendo em atingir os/as alunos/as da Pedagogia da URCAMP - Bagé, na qual fizemos parte do quadro de professores/as, acreditando que eles/as poderão ser os/as desencadeadores/as das idéias, proporcionando às crianças e adolescentes dos primeiros anos do ensino fundamental as noções básicas sobre patrimônio e a conscientização da sua importância. Neste trabalho estaremos retratando nossas primeiras experiências e a maneira que foi desenvolvida a sua metodologia.

Palavras-chave: Educação - Patrimônio Cultural Material/Imaterial

Abstract: The program that will be introduced does have as a point to prioritize the value of cultural, material and immaterial property, beginning for the headquarter from the URCAMP – Universidade da Região da Campanha, extending through the others campus (Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, São Borja, São Gabriel and Sant'Ana do Livramento), promoting a process of sustainable conservation of the assets sites, as well the appropriation self-conscious of your history, across the property education. At the initial stage the anxiety greater is being in reaching the pupils from Pedagogy course of the URCAMP - Bagé, in which we are part of the team of professors, believing that they can be the unleashers of the ideas, by delivering to the children and teenagers of the first years from the basic education the ideas base on the subject of property and the one conscious of its importance. In this work we shall be recanting our first experiences and the manner as was full-blown its methodology.

Key words: Education - Material/Immaterial Cultural Property

Apresentação

Nosso interesse maior é socializar o trabalho que começamos a desenvolver no NPHE – Núcleo de Pesquisa da História da Educação que nasce das nossas experiências como professoras da URCAMP – Universidade da Região da Campanha.

Na medida que oportunizamos aos/as alunos/as a se envolverem com as investigações, constata-se que passam a ser mais questionadores/as e, demonstram maior

¹ Mestre em História da Educação (UFPEL - RS).

² Doutora em História do Brasil (PUC – RS).

independência, trazendo as dúvidas e, ao mesmo tempo, buscando respostas as suas dúvidas. Para que isto aconteça é necessário um trabalho mais provocador de professor/as pesquisador/as.

Com esta forma de pensar, antes da criação do NPHE, introduzimos nas nossas disciplinas de História da Educação e Metodologia dos Estudos Sociais a pesquisa relacionada ao município e o reconhecimento daquilo que faz parte do nosso cotidiano. Paralelamente fazíamos as nossas pesquisas relacionadas à história da educação no município de Bagé.

Mas, foi com a criação do Núcleo de Pesquisa em História da Educação – NPHE que tivemos um envolvimento maior dos/as alunos/as e que conseguimos ampliar nosso espaço de pesquisadoras, estabelecendo uma outra dimensão para as investigações.

O NPHE surgiu no segundo semestre de 2005 imbuído, fortemente, em atingir seu objetivo geral, isto é, priorizar a valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, dando preferência inicialmente a Bagé, cidade sede da Universidade da Região da Campanha³ – URCAMP, com projetos de pesquisa e extensão.

A proposta é desenvolver uma pesquisa sistemática de resgate e catalogação do patrimônio material e imaterial, levantando dados e organizando oficinas de educação patrimonial, promovendo assim a conscientização da sociedade para conservar e proteger sua memória.

Desta maneira começamos a relatar, na seqüência do nosso trabalho, a construção e o desenvolvimento das nossas investigações e práticas.

A construção/prática e conscientização da cultura local

As idéias que hoje estamos colocando em prática, no NPHE, vêm sendo amadurecidas desde que começamos a trabalhar na disciplina de Museologia, no Curso de Estudos Sociais da URCAMP, em 1989.

Além de fundamentarmos o conceito de patrimônio, procuramos, na prática, mostrar aos/as alunos/as o significado de museu e a possibilidade de trabalharmos como educadores/as dentro de uma visão cultural.

³ A Universidade da Região da Campanha possui oito Câmpus – Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Sant’Ana do Livramento, São Borja e São Gabriel.

Esta já era a postura do Curador do Museu, Dr. Tarcísio da Costa Taborda. O conhecido historiador e museólogo, que foi idealizador do Museu Dom Diogo de Souza⁴ e por várias décadas esteve à frente desta Instituição (até 1989, FAT-FUNBa - Fundação Attila Taborda – Faculdades Unidas de Bagé; atualmente URCAMP- Universidade da Região da Campanha), incentivava o trabalho de educação cultural, com atividades no Museu junto à comunidade escolar do município.

Perseguindo a mesma idéia e, talvez mais amadurecida, junto a alunas/os que serão futuras/os professoras/es (Curso de Pedagogia), ou já atuando nos primeiros anos do Ensino Fundamental, passamos a desenvolver projetos de reconhecimento dos pontos históricos da cidade.

Não só conseguimos aceitação, mas os/as alunos/as vibravam com as atividades e reconheciam que muito do que estavam enxergando passava a ser visto com um outro olhar, numa outra extensão.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG E MONTEIRO, 1999: 06).

As autoras se referem à Educação Patrimonial como um instrumento de “alfabetização cultural”, pois possibilita o verdadeiro conhecimento e a apropriação dos valores e significados.

Só preservamos aquilo que conhecemos, portanto é necessário resgatar o patrimônio, educar a sociedade para que esta possa preservar e valorizar sua história. Quem preserva sua história não perde sua identidade.

Os documentos preservados serão as fontes para o reconhecimento da história que envolve a cidade. Sendo que um trabalho é mais rico e mais confiável quanto maior for o número e tipos de fontes a que se recorreu e com quanto maior rigor tenha sido exercido o trabalho de confronto entre elas. Quanto mais se dispuser de uma pluralidade de documentos, mais possibilidades se têm de melhor explorá-los, compreendê-los e produzir conhecimento sobre o tema de pesquisa. Cada fonte, cada documento, tem um valor relativo a partir da possibilidade de coerência com os outros, conforme o trabalho a que é submetido, e das relações (em maior número possível) que o pesquisador consegue estabelecer com informações trazidas por outros estudos sobre o tema, sobre a metodologia e Teoria da História. Uma palavra, uma expressão, uma categoria, um estilo de escrita

⁴ Museu Dom Diogo de Souza foi criado na década de 1950, inaugurado em 20 de setembro de 1956. Instalado no atual Prédio da Beneficência Portuguesa, desde 22 de março de 1975, a partir de um convênio celebrado entre Município de Bagé e a Fundação Attila Taborda (CATÁLOGO DO MUSEU DOM DIOGO DE SOUZA, 1988).

encontrados em um documento só adquirem sentido se não se quer cometer anacronismos, quando colocadas em seus contextos próprios de produção e circulação. Esses contextos são dados ao pesquisador a partir de um maior número possível de relações/associações que conseguir estabelecer entre o que o documento traz e o que não está nele (LOPES & GALVÃO, 2001: 93).

As fontes, como riquezas que uma cidade possui, deverão ser reconhecidas pela sua população porque são estas pessoas que poderão preservá-las, mas só o farão se tiver noção da importância e reconhecimento do seu patrimônio. Para isto torna-se necessário um trabalho de Educação Patrimonial.

As/Os professoras/es devem se incluir no processo da “alfabetização cultural”, principalmente quando tratamos das noções básicas de Geografia e História, nos primeiros anos de escolaridade. “Ensinar é dar condições ao aluno para que ele se aproprie do conhecimento historicamente construído e se insira nessa construção como produtor de conhecimento” (GUEDES E SOUZA, 1999: 13).

O uso dos conceitos e habilidades dar-se-á na medida em que as pessoas forem “motivadas” e esta motivação poderá acontecer com um trabalho esclarecedor e de conscientização que pode ocorrer nos museus, nos próprios locais onde estão os monumentos, com acesso a documentos oficiais ou mesmo escritas ordinárias⁵, sendo realizados pelas escolas ou por instituições que desenvolvam atividades culturais, proporcionando as pessoas o contato direto com o patrimônio, isto é, tendo a oportunidade de **observar**, de **registrar**, **explorar** e, por fim, **apropriar-se**. Estas etapas metodológicas são sugeridas por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), para que ocorra a ação educativa. A educação, enquanto formadora da consciência cidadã, deve andar de braços dados com a preservação patrimonial.

*...o processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem, tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para aquisição de **conceitos** e **habilidades**, assim como para o **uso** dos conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999: 08).*

Ao falarmos em patrimônio também estamos nos referindo “ao fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (HORTA; GRUNBERG E MONTEIRO, 1999: 06), ao reconhecimento da sua identidade e a percepção das diferenças de outros grupos.

⁵ Em uma palestra no X Encontro da ASPHE (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação), em Gramado, nos dias 2 a 4 de junho de 2004, a historiadora Maria Teresa Santos Cunha ao falar sobre *Por uma história da cultura escolar: memórias e escritas ordinárias*, conceitua escritas ordinárias como “textos efêmeros – bilhetes, boletins, cartas, cadernos, diários de professor, listas de matrícula e de material escolar, relatórios, etc.- ...” Para Cunha *estes materiais carregam traços e vestígios de vivências e singularidades que se constituem como cultura escolar em diferentes temporalidades e espaços de sociabilidade (2004)*. Neste trabalho passamos a utilizar o mesmo conceito de Cunha.

Sendo a cultura um processo eminentemente dinâmico, com uma diversidade de formas e expressões variadas, é preciso que as pessoas tenham a oportunidade de conhecer e refletir esta pluralidade.

O grupo do NPHE iniciou o Projeto maior – *Educação Patrimonial: Preservação do Patrimônio e da Memória Cultural da Cidade de Bagé* - com a coleta em jornais da hemeroteca do Museu Dom Diogo de Souza e no Arquivo Público Municipal, com o levantamento de dados na Biblioteca Pública Infantil Maria Martins Rossell e com a catalogação de contos bageenses publicados e gravação de entrevistas com antigos moradores. Sendo que este último trabalho citado está sob a responsabilidade da pesquisadora Veronice Camargo da Silva, com o Projeto *O lingüístico e o cultural dos contos populares bajeenses*, incluído no projeto inicial.

No ano de 2007, viabilizou-se o projeto de extensão - *Educação Patrimonial: A escola vai ao Museu*, colocando em prática e dando a oportunidade às crianças para desenvolverem atividades escolares no Museu, fazendo o reconhecimento dos objetos que são parte de sua história e esclarecendo o significado de patrimônio material e imaterial, conscientizando professoras/es e alunas/os sobre a importância do patrimônio cultural local.

Estamos propondo um trabalho dentro de uma metodologia da “Educação Patrimonial [levando] os professores[as] a utilizarem os objetos culturais na sala de aula (...) como peças chaves no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera ilustração das aulas” (HORTA; GRUNBERG E MONTEIRO, 1999: 09).

Além da preocupação em orientar trabalhos práticos para serem desenvolvidos em visitas ao Museu ou mesmo na sala de aula, estamos atentas para que as/os alunas/os bolsistas, do NPHE, construam seus conceitos sobre patrimônio cultural, por isso não nos furtamos de começar a estudar sobre o assunto, recorrendo às bibliografias que demonstram pesquisas e experiências de profissionais que atuam e desenvolvem suas investigações sobre patrimônio e memória.

Categorias básicas: Patrimônio e Memória

Estruturamos nosso projeto pensando, primeiramente, em termos como categorias básicas: patrimônio e memória, visto que o Projeto pretende proporcionar o reconhecimento e preservação do patrimônio material e imaterial desenvolvendo a pesquisa histórica, visando à conscientização da comunidade através da educação patrimonial.

A identificação histórica de Bagé esta guardada em seu patrimônio cultural. O termo Patrimônio significa bem herdado, aquilo que nos vem dos antepassados e nos pertence de direito. A legislação brasileira passou a versar sobre este tema a partir de 1937, período do Estado Novo Getulista.

O significado dado pela legislação na década de 1930 resultou em um novo olhar sobre os bens patrimoniais da nação, mas ainda era muito ampla. A definição que permanece até os nossos dias foi adotada internacionalmente através de uma Conferência Geral da Unesco em Paris, no dia 16 de novembro de 1972:

I - Definições do Patrimônio Cultural:

Artigo 10 - Para os fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;*
- os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (www.iphan.gov.br/bens/legislaçãopatrimônio.htm)*

Os monumentos, conjuntos arquitetônicos e lugares notáveis compõem o chamado patrimônio cultural, que a partir de 2003 passou a ser especificamente definido como patrimônio material, devido a uma nova Convenção da Unesco que definia a proteção do patrimônio imaterial. De acordo com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela Unesco, reunida em 17 de outubro de 2003, ficou determinado que:

(...) entende-se por 'patrimônio cultural imaterial' as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (www.iphan.gov.br/bens/P.%20Imaterial/imaterial.htm).

O patrimônio imaterial é construído pelas manifestações e símbolos populares que formam ao longo do tempo a identidade do país ou da região, que são especificamente as festas, tradições, lendas urbanas, danças e comidas típicas. Para Chartier, o patrimônio pode ser visto “como uma representação social, relação estabelecida entre o objeto material ou imaterial presente e algo ausente” (1991: 184). Portanto patrimônio cultural é uma herança

material e imaterial que permanece refletida concretamente ou lembrada no imaginário popular sendo transmitido através das gerações.

Por ser uma herança o patrimônio cultural deve ser preservado, pois garante a identificação e a representação das transformações, objetos, signos, costumes e valores de uma sociedade.

A história da cidade de Bagé se perpetua nos prédios públicos, nos documentos antigos nos contos e representações do imaginário popular, formando ao longo do tempo a auto-imagem local (social, política, econômico e cultural) que a difere das demais cidades do Rio Grande do Sul.

É necessário identificar a posição de Le Goff que, avançando na definição de patrimônio, destaca a diferença entre monumento, herança do passado e documento. Afirma que o monumento possui uma função ligada à memória, à perpetuação do passado, tendo como característica de evocar e recordar; já o documento serve como registro, uma prova ou testemunho das ações humanas. Mas enfatiza ainda, que: “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2003: 536).

Além dos prédios e monumentos, devemos resgatar a memória, entendida como um somatório das vivências e percepções acumuladas, que vem a luz por estímulos e situações diversas.

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos, pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, ressignificamos nossa vida. Esse ressignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente. A memória pode ser histórica, mas não é histórica por si só. É vestígio. Apesar de indomável, esforça-se em assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado, a capacidade de viver o já inexistente. A memória é, então, também o lugar das permanências (STEPHANOU & BASTOS, 2005: 420).

A memória entendida como reservatório dos registros identitários deve ser resgatada através da história oral e iconográfica. A memória oral é uma fonte rica que nos “permite fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” (LOZANO, 1996: 16), assim como conhecer e compreender circunstâncias até então ignoradas aqui.

A memória iconográfica estrutura-se como uma representação a partir do real, nelas contém interpretações implícitas e explícitas do passado que se apresenta através de imagens congeladas capturadas pelo olhar instigante do fotógrafo. As imagens são discursos visuais

que contêm inúmeros vestígios das sociedades do passado que, muitas vezes não foram registrados através de documentos escritos, daí o seu grande valor como fonte.

Kossoy afirma que ao estudarmos um documento iconográfico “busca-se, pela interpretação iconográfica, decifrar a realidade interior da representação fotográfica, sua face oculta, seu significado, sua primeira realidade, além da verdade iconográfica.” (KOSSOY, 2002: 60).

A duplicidade da realidade não se restringe apenas às fotografias, porque ao analisarmos os monumentos, documentos, ditos populares ou lendas urbanas, temos que estar atentos à interface dos significados, que narram através de múltiplos olhares a história de homens, mulheres e crianças que construíram ao longo do tempo sua identidade, deixando suas marcas nos trabalhos desenvolvidos, idéias, invenções, comportamentos e na produção cultura.

A auto-imagem da cidade passa a ser estabelecida pelo “imaginário como um sistema de idéias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si” (PESAVENTO, 2004: 43) dando sentido e identidade a comunidade.

(...) toda identidade é uma construção simbólica (a meu ver necessária), o que elimina as dúvidas sobre a veracidade do que é produzido. Dito de outra forma não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos (ORTIZ, 1994: 8).

A identidade histórica foi construída através das representações e ações do passado, arquétipos e símbolos herdados que estão presentes no cotidiano atual e são reinterpretados pelo imaginário popular, com o objetivo de dar sentido às suas relações e à sua vida, variando conforme o grupo social e ao momento histórico. Assim, tanto a identidade, com o imaginário, são caracterizados como fenômenos coletivos, sociais e históricos.

Considerações Finais

Conseguimos alcançar nosso objetivo inicial proposto, visto que este é um projeto que está em andamento. É um desafio desenvolvermos um trabalho de pesquisa numa Instituição que possui a maior parte de suas/eus alunas/os trabalhando nos turnos da manhã e à tarde e estudando a noite, sem haver possibilidade de horário extra classe, a não ser sábados e domingos.

Ao mobilizarmos as/os alunas/os que estão fazendo a investigação e identificando uma postura mais questionadora das/os mesmas/os, buscando um referencial teórico para explicar suas descobertas, passamos a acreditar que fizemos a nossa primeira conquista.

Atualmente estamos fazendo nosso levantamento de dados e começando a catalogação juntamente com a atividade - “A Escola vai ao Museu”. Este projeto de extensão tem a participação ativa das/os alunas/os da Pedagogia que demonstram total envolvimento e responsabilidade, na conscientização de professoras/es e alunas/os das séries/anos iniciais do ensino fundamental, na importância da “Educação Patrimonial”. Essa experiência, por si só, nos mostra que nossas/os alunas/os podem ser as/os desencadeadoras/es da valorização e preservação do patrimônio cultural do município, promovendo assim a conscientização da sociedade para conservar e proteger sua memória.

Referências Bibliográficas

- BELLOMO, Harry R (org.). **Rio Grande do Sul: aspectos da cultura**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.
- CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. n. 11, , v.5, 1991, p. 173 – 191.
- FLORES, Moacyr. **Patrimônio histórico cultural**. Veritas (Porto Alegre), v.34, n.135, 1989. Pp.355-360.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.
- HAUSER, Arnoldo. **História Social da Arte e da Literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Fundamentos da educação patrimonial**. Ciências e Letras (Porto Alegre), n.27, 2000. Pp. 25-35.
- HORTA, Maria de Lourdes, GRUMBERT, Evelina & MONTEIRO, Adriane Gia Bário. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco & ROSA, Zita de Paula. **História oral: uma utopia?** In: Revista Brasileira de História, São Paulo, V. 13, nº 25/26, Pp. 7-16, set 92/ago.93.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. IN: FERREIRA, Marieta Moraes & AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- MEIRA, Ana Lúcia. **O Passado e o Futuro das Cidades. Políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural da cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.

- NEVES, Iara Conceição Bitencourt et al (Orgs.). **Ler e Escrever: Compromisso de todas as áreas**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 4ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2004.
- POSSAMAI, Zita Rosane. *Patrimônio em construção e Conhecimento Histórico*. In. **Educação e Patrimônio Histórico Cultural**. Ciências e Letras. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, n.º. 27, jan/jun, 2000.
- SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- STEPHANOU, Maria e BASTOS Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III – Século XX, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- www.iphan.gov.br/bens/P.%20Imaterial/imaterial.htm
- www.iphan.org.br/legislação.htm
- www.iphan.gov.br/bens/legislaçãopatrimônio.htm